

Leitura e hipertexto: a lição da literatura infanto-juvenil

Tania Rösing
Miguel Rettenmaier
UPF – RS



As pessoas sabem que a virtualidade é efêmera e querem a eternidade. *E a eternidade* – ainda que transitória... – *consegue-se com o livro-papel...*

LUIZ RUFATTO

A hipertextualidade do computador, diretamente associada à convergência de distintos códigos em um mesmo lugar, a tela sonorizada por periféricos, provocou a fusão dinâmica de linguagens em nome de novas possibilidades de sentido. Nesse aspecto, o computador pode receber, conservar e difundir qualquer tipo de signo, em qualquer tipo de código. Entre os atributos mais fortes, contudo, dessa “hiperleitura”, está a meta-referencialidade das interfaces digitais, sempre auto-indicativas e em diálogo com o internauta. Isso permite a atividade do leitor na própria constituição do lido, no sentido de ou surfar entre uma página e outra, entre *links*, ou de aprofundar-se nas páginas secundárias de um mesmo *site*, em um mergulho que parte de uma determinada *homepage* e se aprofunda por conteúdos em cliques cada vez mais específicos.

Em possibilidades mais dinâmicas, imprevisíveis e intensas, a convergência, a meta-referencialidade e a interatividade podem mesmo provocar o internauta a assumir novas posturas, como a de um explorador imersivo, de um jogador, de um sujeito que se insere na própria máquina, mesmo que se preserve e que se esconda em máscaras, em *fakes* de *chats*, de comunidades virtuais e de fóruns eletrônicos, ou em *avatars* de uma segunda vida em universos tridimensionais digitais.

Antonio Carlos Xavier observa, na conjuntura da Web 2.0, a segunda geração da Internet, com o aumento vertiginoso do acesso de pessoas à rede e com a ampliação, pela banda larga, da velocidade das conexões, uma nova circunstância de leitura, a “hiperleitura”. Nessa nova condição, a interação, compreendida como elemento intersubjetivo, e a interatividade, vista como uma relação entre homem e máquina, ser humano e tecnologia, estariam em condição de sinonímia. Nesse sentido, relacionar-se

com a máquina e com o outro, *online* e colaborativamente, em ambientes tais como a *wikipedia*, *orkut* e o *second life*, permitiria uma situação de ineditismo no que se refere à leitura, fundamentalmente pela existência de:

uma chance de aumentar a capacidade cognitiva e comunicativa, já que para criar novos mundos e compartilhá-los é preciso montar raciocínios lógicos por meio de inferências, ativar dados armazenados na memória; estimular a imaginação e articular diferentes linguagens disponíveis ao homem. (XAVIER, 2007, p.40).

A hiperleitura estaria na ordem de um comportamento extremamente participante por parte do sujeito leitor, o qual construiria “seu próprio conhecimento amparado por parceiros e ferramentas cognitivas e sociais diversas.” (*Ibid.*, p.42). Por isso, sua conduta se orientaria por uma abordagem (re)construcionista do saber, a qual o afastaria do consumo acrítico da informação, seja ela fornecida pelo professor, seja ela oferecida na própria rede mundial. Nesse sentido, o hiperleitor seria alguém dotado de: “autonomia de aprendizagem; criticidade sobre conceitos e definições a ser aprendidos; criatividade para utilizar os conceitos e definições e situações não previstas.” (*Ibid.*, p.42).

Em vista dessa circunstância de contato hipermedial, seria necessário à leitura um repertório significativo de determinadas competências para operar na rede, para surfar entre páginas, para mergulhar em determinados ambientes, para reconstruir caminhos nas infovias, para operar em interfaces cada vez mais desafiadoras e complexas. Lucia Santaella (2004), a partir de elementos das neurociências cognitivas e das teorias de Pierce, estabelece três tipos de internauta, o errante, o detetive e o previdente, orientados em perfis cognitivos que representariam diferenças nos

processos sensórios, perceptivos, seletivos, decisórios e motores dos usuários navegadores.

O internauta errante, estabelecido em um raciocínio abduativo, próprio do novato, teria como padrão de comportamento a um procedimento exploratório baseado na adivinhação, a qual, contudo, se dá por um instinto de racionalidade que torna a escolha dos caminhos um ato de pensamento, uma inferência lógica. Decorre daí que o internauta abduativo, perante as interfaces “amigáveis”, indicativas e procedimentais, instrui-se em um tipo de alfabetização semiótica pela adivinhação do que deve fazer, por ensaio e erro: “As adivinhações bem sucedidas, executadas sob a lógica do plausível, funcionam como encorajamento para adivinhações subseqüentes, o que traz consigo a vontade de continuar.” (*Ibid.*, p.103). Diferentemente, e em um estágio posterior, o navegador detetive, de raciocínio indutivo, estabelecerá regras a si mesmo conforme os resultados de seu contato com a hipermídia informatizada:

O internauta detetive caracteriza-se como um detetive informático em busca de sentido. É aquele que faz experimentações tendo em vista a coerência organizativa de sua busca. Ele procura desvendar estratégias rumo a um desenlace, alimentado pela confiança de que, passo a passo, avanço atrás de avanço, o caminho pode ir se abrindo. Seus métodos, cujas regras vão se construindo no ato mesmo da busca, é do estado de alerta para as pistas, o do farejamento de indícios. (*Ibid.*, p.111).

O momento posterior a esse leitor que elabora regras a partir de tentativas e de acertos corresponde ao navegador previdente, que deduz, a partir de uma regra geral já conhecida, os caminhos que serão seguidos para a obtenção de determinados resultados previstos. Nesse estágio, os procedimentos do navegador já estão sustentados por regras, as quais são a sua base de execução. Por isso, nada de muito surpreendente o espera, pois “a navegação do previdente, via de regra, segue um percurso previsível, que beira a automatização.” (*Ibid.*, p.120).

Embora didaticamente dividido em três modelos correspondentes a um percurso em três etapas, a competência do navegador de aprendizado consolidado não pode prescindir de uma constante abertura à errância e às surpresas na rota, evitando, assim, a mera execução maquinal dos procedimentos:

A figura ideal do leitor imersivo deveria ser aquela capaz de misturar de modo equilibrado os três níveis de leitura imersiva: o errante, o detetivesco e o previdente. O ideal é que esse leitor não se entregue às rotinas sem imaginação do previdente, mas se abra para as surpresas, entregue-se às errâncias para poder voltar a vestir a roupagem de detetive, farejando pistas. (*Ibid.*, 2004, p.181).

A leitura na cibercultura, assim, de alguma forma hegemônica em alguns espaços sociais, irrefutavelmente

demandará novos conhecimentos no campo dos atributos cognitivos do leitor. Para ser, é necessário ler, para se ler, deve-se conhecer como se opera o que porta aquilo a ser lido, e esses portadores de texto estão sob uma nova ordem, que, de tão movediça, obriga os sujeitos críticos a um constante reaperfeiçoamento. Pois mudam as coisas, mudam as linguagens, muda o mundo. Contudo, por mais que se viva sobre o signo da obsolescência, a literatura, em termos gerais, parece preferir conservar-se a se alterar em conformidade a essa nova rota de tendências semióticas impulsionada pela cibercultura.

Em um dos textos mais contundentemente críticos quanto ao “marasmo” da literatura no que se refere às novas possibilidades tecnológicas, Marcos Palácios (2006) observa na arte da palavra uma inadaptação em adequar-se às linguagens hipertextuais. Mesmo após um pequeno e promissor *boom* de hiperficção na rede, a coisa parece ter morrido na casca:

A maior parte dos sites encontrados pelas buscas, usando-se palavras chaves similares, leva a uma constatação inevitável: há um maior número de trabalhos de crítica à produção hipertextual e suas potencialidades do que propriamente um corpus vivo e em transformação de obras literárias hipertextuais para consumo na Internet. A vasta maioria das obras de ficção hipertextual disponibilizada na Internet tem data de produção situada no período 1994/2000. De lá para cá não parece haver ocorrido muito movimento ou desenvolvimento nesse setor. (*Ibid.*).

Nesse sentido, segundo Palácios, o desajustamento do texto literário às possibilidades do hipertexto estariam em contraposição com a forma como o texto jornalístico se integrou à na rede:

O ano de 1995, quando iniciávamos nossa experiência de ensino de jornalismo na Internet, marca o primeiro grande salto em termos de ocupação da Net por grupos em empresas de comunicação. Em 1994 os jornais online – diários e comerciais – começavam a sua escalada na Internet, passando de 20 em 1994, para 471 no ano seguinte. De acordo com o [Mediainfo](#), esses números cresceram para 115 em 1996, e 3847 em 1999. Outra fonte de informação, o [NewsLink](#), concorda com os números iniciais de 1994 e 1995, mas indica um crescimento para 1326 em 1995 e 6772 em 1999. Atualmente são mais de quatro mil jornais *online*, apenas nos Estados Unidos. (*Ibid.*).

As causas para as distinções são discutíveis, e não parece que nenhuma delas seja irrefutável por completo. Palácios não admite que as diferenças estejam na ordem do econômico, já que ainda estaria para ser explorada uma melhor rentabilidade financeira na rede no que se refere aos empreendimentos das empresas jornalísticas. O sucesso na rede não estaria diretamente condicionado ao lucro proveniente do texto, a exemplo do número de *blogs* existentes na Internet, feitos sem ônus ao leitor

e, quase sempre, sem bônus para quem escreve. Por outro lado, explicações em torno da dimensão do texto tampouco justificam a existência de um jornalismo *online* em detrimento da inexistência de uma literatura *online*. Os defensores dessa idéia associam a criação literária a grandes brochuras, ignorando as demais possibilidades da construção textual artística, que envolvem uma grande gama de textos de pequena extensão. Malgrado essas possibilidades, aventuras criativas na rede, que usam o *twitter* e celulares, além dos *blogs*, para a elaboração de textos curtos, de microtextos ou microcontos, estão ainda em fase de experimento.

Talvez o que justifique a compatibilidade entre a rede e o texto jornalístico, tanto em números de produção quanto de recepção, seja, em si, a natureza do suporte jornal, que desde sempre ou, ao menos, desde há algum tempo, destacou-se por ser, essencialmente, hipertextual, fragmentado pelo entrechoque e pelo cotejo significativo de distintos textos, de diferentes códigos lado a lado e em um circuito “bidimensional” ou “bilinear” de interação. O jornal impresso, cruzando palavras de distintas fontes, gráficos, diagramas, seria uma virtual tela de computador:

O “jornal enquanto metáfora” presta-se, por sua própria natureza, à construção hipertextual. O que é uma chamada de primeira página senão um processo de linkagem para um texto localizado em outro(s) arquivo(s)? O leitor do jornal impresso já estava acostumado a ler hipertextualmente muito antes da existência do hipertexto. Ninguém lê um jornal como se lê um romance, da primeira à última linha. Embutida na própria lógica do jornal enquanto dispositivo há uma hipertextualidade pré-digital, um proto-hipertexto. O jornal impresso não é concebido e construído para ser lido linha por linha, da primeira à última página. (*Ibid.*)

E segue:

Muito mais que uma ruptura, para o jornalismo, a multimídia possibilitada pela Internet representa uma continuidade e uma potencialização de uma característica já estabelecida em suportes anteriores de produção e veiculação jornalística. Por outro lado, o mesmo não se pode dizer da literatura, caracterizada milenarmente por ser oral ou textual, em sentido estrito. (*Ibid.*)

Nesse sentido, a literatura, fundada essencialmente no signo lingüístico, não teria em seu “genoma” os cromossomos necessários para uma evolução adaptativa. Milenarmente associada ao oral e, posteriormente, ao verbal, a literatura não estaria em um quadro evolutivo que se adequasse bem a outra mídia além da palavra escrita. No caso de sua relação com a ilustração, a literatura abriu concessão a formatos populares e folhetinescos, e, exceção de algumas edições especiais, no mais, sua matéria-prima permanece na palavra. Nessa ordem de

generosos consentimentos a um tipo especial de leitor (o que ainda lê mal!), a literatura permite a ilustração como um atraente apoio nas bases da fundação de um gênero recente em termos historicamente mais amplos: a literatura infanto-juvenil. Por ser destinada a leitores em formação, a ilustração ganhou as páginas do gênero como um aporte de sentido no vazio que as palavras poderiam deixar por não serem suficientemente descritivas ou por exigirem demais na decodificação de seus enunciados. Na dicção multimídia dessa literatura, é claro, passou a haver um elemento de atração aos jovens leitores:

Evidentemente, na produção literária pré-digital, a grande exceção no que diz respeito à multimídia é a literatura infantil, que prodigaliza imagens como forma de aproximar seus leitores ao texto. A literatura infantil não só estabelece uma convivência harmoniosa e quase necessária entre imagem e texto, mas também pode ser apontada como o subgênero literário onde a multimídia pode ser identificada, antes mesmo da chegada das redes telemáticas e da Internet, através de livros infantis que se faziam acompanhar de fitas cassetes, ou mesmo de mecanismos não eletrônicos para a produção de sons, como caixinhas de música, diafragmas de borracha para serem apertados produzindo sons, dobraduras no papel permitindo a formação de quadros em 3D e, mais recentemente, incorporando chips capazes de produzir sons, luzes etc. (*Ibid.*)

Embora muitas vezes menosprezada como uma sublitteratura, uma quase literatura ou uma literatura preparatória, a literatura infanto-juvenil parece ter antevisto que a convergência de códigos é um elemento enriquecedor na ordem dos sentidos e das interpretações. Sua capacidade de combinar linguagens, ainda no papel, permitiu vislumbrar-se um mundo futuro, no qual a palavra, combinada a imagens, ampliaria as dimensões da estética literária. É o caso, por exemplo, de Ziraldo, que em 1969, lança a obra *Flicts*, na qual, segundo Regina Zilberman:

As imagens, não figurativas, não correspondem a um ornamento do texto, contemplando informações escritas, pelo contrário, as cores é que falam, competindo à expressão oral esclarecer o assunto e explicar o conflito, vivenciado pelo herói, ele mesmo um pigmento que não encontra lugar no universo dos tons pictóricos. (ZILBERMAN, 2005, p.155).

De outra parte, Regina Zilberman observa a convergência entre palavra e imagem na obra de Angela Lago. Em mais de um livro da autora, a ilustração seria integrada à linguagem verbal, a qual, por sua vez, estaria integrada aos enunciados não verbais (ou visuais) em um procedimento que resultaria em uma duplicação da leitura. Em *Chiquita Bacana e as Outras Pequetitas*, de 1986, o texto verbal apareceria dentro do desenho de um livro e em folhas soltas e espalhadas pela casa, sugerindo

que, por trás das páginas reproduzidas e contendo os versos, estivesse um enunciador sobreposto à personagem narradora. O efeito disso, segundo Regina Zilberman, “duplica a ação, pois, à personagem que conta seus medos e confronto com as invasoras comandadas por Chiquita Bacana, soma-se o sujeito que lê o livro materializado pelas ilustrações.” (*Ibid.*, p.162). O resultado seria, então, “o paulatino descolamento do leitor em relação à narradora original, facultando que aquele usufrua livremente as cenas cômicas proporcionadas pela obra.” (*Ibid.*, p.162).

Na ordem de um trabalho “literário” na imagem, outra obra de Ângela Lago, *Cena de Rua*, de 1994, dispensaria mesmo as palavras para apresentar uma narrativa em livro. A história, sem texto verbal, registra o drama de um menino de rua ao se deparar, entre os carros de uma cidade movimentada, com a desumanidade das pessoas, insensíveis à sua condição de abandono. A opção por dispensar enunciados escritos, contudo, fora estabelecida na obra de Juarez Machado anos antes. Em *Ida e volta*, de 1976, Machado constrói, página a página, um encadeamento de espaços trilhados por pegadas em deslocamento. Em *Domingo de manhã*, de 1986, as ilustrações se estabelecem no ponto de vista interior de um automóvel, da garagem da casa do motorista, na cidade, até um destino no campo, sob a beleza das cores da natureza. Nesse sentido, ao questionar a prioridade da palavra sobre a imagem, primeiramente, e, mais além, ao elevar a importância de um código antes secundário, a literatura para jovens parece dispor, à crítica, o desafio de novas questões: é também da essência dos estudos literários a interpretação do enunciado visual? É literatura o que não tem palavras? Tais questões – ainda abertas –, ao certo, comprovam o quanto o gênero é importante aos estudos da teoria literária.

Considerações finais

A nova realidade da leitura ou da hiperleitura aponta para a necessidade de que seja readequada a compreensão sobre os processos cognitivos que envolvem os leitores da *web*. Naturalmente, não foram observadas as discrepâncias sociais que envolvem, no caso brasileiro, o contato entre os sujeitos e os computadores. Os últimos relatórios do Comitê Gestor da Internet no Brasil destacam que “exclusão digital continua acompanhando

a exclusão social no país.” (CETIC.BR 2008), ou seja, que o computador, mesmo barateado por iniciativas do governo e pelas circunstâncias do mercado, ainda não chegou de forma contundente aos domicílios mais pobres. O mesmo relatório, contudo, assinala um dado novo de 2007 em comparação aos anos anteriores: o crescimento de *lanhouses* nos espaços periféricos da sociedade. Malgrado esse dado aponte para mais uma ausência do Estado e da Escola (os maiores usuários de Internet paga são jovens e pessoas de baixa renda), é inegável que as novas dimensões e circunstâncias da hiperleitura estão afetando, à revelia das instituições de ensino, com maior ou menor intensidade, a população e, sobretudo, os jovens.

Em outro ponto da questão, a hiperleitura ainda não é um fenômeno que encontre plenas possibilidades (re)construtivas e de convergência multimídia na realidade impressa e linear da literatura em livro, este que parece ser ainda visto como o lugar da “eternidade” das coisas, como se percebe na epígrafe deste trabalho. Reconsiderando essas circunstâncias, e perturbando mesmo os cânones críticos, a literatura infanto-juvenil, antes do advento da Internet e da Web 2.0, antecedeu as possibilidades da coexistência dinâmica das linguagens ao relacionar, criativamente, palavra e imagem, ampliando mesmo a concepção da leitura literária ao universo dos signos não-verbais. Talvez tenha sido essa a sua maior lição, e talvez ainda seja este seu maior papel ao formar leitores: ampliar as possibilidades de interpretação do sujeito no contato, mesmo impresso, com as múltiplas linguagens.

Referências

- PALACIOS, Marcos. Jornalismo literatura: combinando pesquisas com experiências didáticas. In: *Revista Texto digital*. Ano 2, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.textodigital.ufsc.br/num02/palacios.htm>>. Acesso em 18.05.2007.
- XAVIER, Antonio Carlos. Hiperleitura e interatividade na Web 2.0. In: RÖSING, Tânia; RETTENMAIER, Miguel. *Questões de leitura no hipertexto*. Passo Fundo: UPF, 2007.
- SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.
- ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- CETIC.BR – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em 20.05.2008.